

## RECEITA DE UMA BRIGA EXPLOSIVA - V

## Sindireceita não aceitará só bônus: quer reajuste

Ao Correio, presidente do sindicato detalha expectativas

Por Gabriela Gallo

Durante a semana, o Correio da Manhã vem acompanhando a greve dos auditores fiscais da Receita Federal, que já dura mais de 150 dias, e aparenta estar perto de chegar a uma resolução. Na próxima quarta-feira (14), o secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), José Lopez Feijó, e o secretário Especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas (vinculado ao Ministério da Fazenda), se reunirão com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional) e o Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita).

Em entrevista ao Correio da Manhã, o presidente do Sindireceita, Thales Freitas, disse que acredita que o governo apresente “uma proposta minimamente condizente” com o que a categoria pede. “As reivindicações das duas entidades sindicais, Sindireceita e Sindifisco, são bastante claras. Nós estamos reivindicando 9% de reajuste em 2025, a partir de junho e mais 9,2% a partir de abril de 2026. Nossa pauta de reajuste do vencimento básico é muito clara, muito transparente ao governo”, pontuou Thales. Há aproximadamente dois meses, os analistas tributários da receita que aderiram a greve paralisam os trabalhos às quinta-feiras. Ou seja, se a proposta do governo for somente retomar o valor anterior do Bônus de Eficiência, o sindicato não aceitará.

Ele ainda destacou que, em 2022, os servidores do poder Legislativo e Judiciário receberam um reajuste salarial de 6% distribuídos para 2023, 2024 e 2025 – o que totaliza 18% de reajuste entre os três anos. Já os servidores do poder Executivo não tiveram reajuste em 2022, mas sim em 2023. “Lembrando que em 2023 o Executivo teve 9% de reajuste geral para todos os servidores.



Segundo Thales, greve já está afetando análise do Imposto de Renda

Em 2024, 0% de reajuste, tendo boa parcela das categorias firmada de acordo com o governo de reajuste para 2025 e 2026, menos a Receita Federal. A Receita Federal está 2024 sem reajuste, 2025 sem reajuste e 2026 sem reajuste. Então, nada mais justo do que a gente no mínimo empatar com os outros poderes e também com as outras categorias do poder Executivo”, pontuou.

**Acordos**

Questionado pela reportagem, Thales comentou que os representantes da categoria presentes no encontro devem questionar as resoluções que alteram o cálculo do Bônus Mensal de Eficiência dos funcionários da receita. Contudo, ele reiterou que este não será o foco da mesa negociadora de quarta-feira. “O que a gente quer é que a administração, tendo clareza do que a gente está pedindo, apresente uma proposta concreta”, ele destacou.

O analista tributário reiterou que os acordos precisam ser firmados o mais rapidamente possível para que, “sendo acolhida a proposta pelas categorias” dos servidores públicos da Receita Federal, “o governo se comprometa a emendar” o reajuste da categoria

no Projeto de Lei 1466/2023, que trata do reajuste de outras categorias do serviço público. A pauta está na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, e os parlamentares têm até o dia 19 de maio para aprovar a medida, sob risco de trancar a pauta.

“O que se espera não é uma mesa que vai dialogar por mais seis meses. É uma proposta clara, concreta, condizente, razoável. Por mais que não seja exatamente o que estamos pedindo, mas que tenha um mínimo de razoabilidade diante de todo esse cenário, que o governo tenha pressa em emendar o projeto de lei e que a gente tenha o projeto de lei convertido juntamente com as outras carreiras”, completou o presidente do Sindireceita.

A resolução que altera o cálculo do bônus será discutido com os próprios membros do Comitê Gestor do Programa de Produtividade da Receita Federal. E, caso se mantenha “uma intransigência dentro do comitê gestor” quanto ao tema, “não restará outra alternativa senão a própria judicialização”. Ou seja, a categoria irá recorrer a justiça.

**Meta Fiscal**

Como adiantado pelo Cor-

reio da Manhã, caso a greve dos servidores da Receita não termine até o fim do prazo da declaração do Imposto de Renda (30 de maio), isso pode prejudicar diretamente a equipe econômica do governo federal em cumprir com a meta fiscal de déficit zero.

O presidente do Sindireceita ainda pontuou que o efeito orçamentário de metas fiscais em decorrência da mobilização já começou a aparecer. “A eficiência da Receita Federal já está comprometida em aproximadamente 10% dos índices de eficiência das metas estabelecidas. E isso tende a piorar naquilo que foi projetado em meta fiscal. E deve piorar exatamente no próximo semestre, que são os efeitos que serão sentidos”, explicou Thales.

“A gente não pode admitir é que venha uma proposta muito aquém do que venha do governo ou que venha apenas uma promessa de diálogo, porque o tempo já se se expirou, o tempo era no ano passado. Já estamos praticamente com um ano de atraso nessa abertura ali mesmo. Então se o governo está preocupado, de fato ele deve trazer alguma coisa que seja minimamente palatável para a categoria”, ele completou.

## Dino manda CGU ampliar investigações sobre emendas

Por Karoline Cavalcante

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, determinou nesta quinta-feira (8) que a Controladoria-Geral da União (CGU) intensifique as investigações sobre a transparência e a rastreabilidade dos recursos repassados por meio de emendas parlamentares. A decisão tem como foco principal as chamadas “emendas Pix” — transferências especiais realizadas diretamente a Estados e Municípios, muitas vezes sem a devida formalização dos autores e destinação dos recursos.

A CGU apresentou um relatório técnico com os resultados sobre os planos de trabalho não cadastrados no sistema Transfe.gov.br. Do total dos 90 planos não registrados até fevereiro, foram selecionados quatro para a análise. Nestes, a auditoria concluiu que não houve observância plena dos critérios de rastreabilidade e transparência.

Dino, então, ordenou a realização de vistorias presenciais nas unidades federativas onde ainda há emendas com pendências, como a ausência de planos de trabalho ou outras irregularidades



Dino: rigor na apuração das emendas Pix

des já identificadas em decisões anteriores da Suprema Corte. Orientou também “atenção especial” aos casos de utilização massiva de “contas de passagem” — que são as contas bancárias utilizadas para as transações temporárias desses valores —, que, segundo o ministro, prejudicam a rastreabilidade.

**Solução tecnológica**

Para isso, a CGU terá um prazo de dez dias úteis para indicar metas e prazos objetivos para realizar a apuração adequada. No que se refere ao atendimento à

rastreabilidade, a pasta, em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU) terá o mesmo período para se manifestar sobre a possibilidade de realizar a padronização no envio de emendas por meio de uma solução tecnológica já em estudo.

Atendendo à sugestão do TCU, o instrumento tecnológico foi oferecido pelo Banco do Brasil e possibilita a identificação do CPF e CNPJ (além de outros dados) dos destinatários finais das verbas. Por sua vez, a Caixa Econômica Federal pediu mais 30 dias para adequar o seu

sistema operacional, prorrogação que foi aceita.

**Transparência**

Na decisão, o ministro destacou a necessidade de rigor no uso do dinheiro público. Ele reiterou que a Constituição Federal exige a supressão de todas as opacidades, de maneira que “todo cidadão” consiga visualizar a trilha completa dos recursos públicos.

Dessa forma, menciona informações indispensáveis, como o nome do parlamentar que propôs a emenda; quem aprovou e quando; a aplicação prevista; quem recebeu o dinheiro público, quando e quanto; como foi efetivamente executado; quais bens e serviços realmente foram entregues à sociedade; quais foram as empresas e entidades executoras; e a inclusão da prestação de contas.

“Dinheiro público não é líquido para escorrer aleatoriamente em face de ineficiências, nem gasoso para se desmanchar no ar em decorrência de improbidades. A solidez dos resultados é o que a Constituição obriga, em atuação harmoniosa e cooperativa entre os 3 Poderes da República”, diz o magistrado.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Para líder do PL, anulação seria “atentado”

## Sóstenes: STF não pode mudar decisão da Câmara

Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ) diz que o Supremo Tribunal Federal cometerá um “atentado à democracia” caso anule a decisão tomada pela maioria dos deputados de suspender a ação penal contra acusados de planejarem um golpe de Estado.

A medida beneficia, entre outros, o ex-presidente Jair Bolsonaro, e é baseada num artigo da

Constituição que dá à Câmara e ao Senado o direito de suspender processos contra parlamentares acusados de cometerem crimes depois de sua diplomação.

Em votação na noite de anteontem, deputados decidiram sustar o processo contra o colega Alexandre Ramagem (PL-RJ) e, por extensão, a todos os denunciados na mesma ação penal.

**‘Absurda’**

Para Sóstenes, a anulação do que foi decidido pela Câmara seria absurda e representaria uma crise institucional, pois desrespeitaria um dos poderes da República, o Legislativo. Isso, segundo ele, seria a maior agressão à democracia desde a redemocratização.

**Limites**

O caso foi enviado pelo presidente do STF, Luís Roberto Barroso, para o ministro Cristiano Zanin. Em ofício enviado à Câmara, Zanin dissera que, não poderiam ser suspensas apurações de supostos crimes ocorridos antes de sua diplomação.



Procurador-Geral, Paulo Gonet fez a denúncia

## Para deputado, erro foi para perseguir Bolsonaro

Para Sóstenes, a Procuradoria-Geral da República viabilizou a suspensão de toda a ação penal ao incluir Ramagem na mesma denúncia contra outros acusados.

Na avaliação do líder do PL, a inclusão foi feita por um motivo simples: o desejo de que o processo tramitasse no STF.

Dos acusados, o depu-

tado é o único com foro privilegiado — a denúncia contra ele “puxa” o processo para a suprema corte.

“Foi premeditado. Se o Ramagem não fosse incluído, o caso iria para a primeira instância”, diz.

Segundo ele, o objetivo do STF é o de condenar Bolsonaro, daí a aceitação da denúncia como elaborada pela PGR.

**Estava escrito**

A suspensão de empréstimos consignados a aposentados do INSS era previsível. Como a coluna publicou no dia 24, o Tribunal de Contas da União encontrou irregularidades nesse mecanismo ao analisar os descontos indevidos no pagamento de beneficiários.

**Peruano**

Peruanos não têm a menor dúvida de que o novo papa é conterrâneo deles. Apesar de ter nascido nos Estados Unidos, Leão XIV é cidadão do Peru desde 2015. Antes mesmo do conclave, a imprensa local destacava que ele seria um dos dois representantes do país na eleição.

**CBF na mira**

A Comissão de Esporte do Senado decidiu convidar o presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, para uma audiência pública. Quer tratar de supostas irregularidades na entidade e apurar seu contrato com a instituição de ensino que tem Gilmar Mendes, do STF, como sócio.

**Amigos de fé**

O padre Manuel Godoy ressalta que, ao escolher seu nome como papa, Robert Prevost fez uma referência indireta ao seu antecessor. Frei Leão foi o melhor amigo de São Francisco de Assis, o santo que teve seu nome adotado pelo argentino Jorge Bergoglio.